ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 011/2021 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA NO FORMATO HÍBRIDO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aos vinte e três dias do mês de novembro de 2021 (dois mil e vinte e um), em primeira convocação às 16h, foi realizada, virtualmente, a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ, nº 11/2021, que teve início com a segunda convocação às 16h30, sob a coordenação do presidente Pablo Benetti. A chefe de gabinete Patrícia procedeu ao cumprimento **item 1 - Verificação de Quórum** (mínimo 14 Conselheiros) fazendo a chamada dos **Conselheiros Titulares:**, Ângela Botelho, Davide Siffert Dulcetti, Leonam Estrella Figueiredo, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Luciana da Silva Mayrink, Marcus Pedro Oneto Fiorito, Marta Regina Ribeiro Costa, Noêmia Lúcia Barradas Fernandes, Pablo Cesar Benetti, Pablo Esteban Vergara Cerda, Paloma Monnerat de Faria, Paulo Oscar Saad, Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro, Rosemary Compans da Silva (presencial), Simone Feigelson Deutsch, Tanya Argentina Cano Collado, Tayane de Mello Yanez Nogueira (presencial), Tereza Cristina dos Reis , Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues, Zander Ribeiro Pereira Filho. **Conselheiros Suplentes substituindo Titulares:** Tereza Cristina Alves Chedid, Carla Cabral Dominguez Alonso, Lilia Varela Clemente dos Santos, Mauri Vieira da Silva. **Conselheiros com Ausência Justificada:** Alyne Fernanda Cardoso Reis, Cárin Regina D'Ornellas, Leila Marques da Silva, Luiz Damião Teixeira da Silva, Paulo Sérgio Niemeyer, Rogério Goldfeld Cardeman, Lucinéia Lopes Evangelista. **Conselheira Licenciada:** Sandra Regina de B. Sayão Ferreira **Quórum suficiente: 24 conselheiros. Item 2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 3 -** Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 010/2021 (19/10/2021). Nenhum conselheiro/a apresentou correção. Ata aprovada com **18 votos favoráveis e 2 abstenções**. **Item 4 -** Leitura de extratos e correspondências recebidas e/ou expedidas (Não houve). **Item 5 -** Apresentação da Pauta e Comunicados Presidente. **Houve apenas observações à pauta: 1 -** No ponto **8.0 – Distribuição de recursos ao plenário,** o conselheiro Pablo Vergara solicitou redistribuir o processo sob sua relatoria. 2 - **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** solicitou a palavra para fazer um relato sobre o Fórum de Escolas. **Informes: Informes Conselheira Federal Maira Rocha.** Após cumprimentos, a conselheira Maira relatou os seguintes pontos: **1** - A Resolução 193 que trata da política de descontos foi apresentada ao plenário, debatida ponto a ponto na plenária com várias contribuições dos conselheiros presentes e ao final foi pedido vista e reapresentada na última plenária. O pedido de vista veio contrariando alguns dos descontos tratados na CPFI com relação à licença maternidade e (?) cotistas, com a

argumentação de que não teria como medir o impacto dessa medida. A CPFI avaliou que tinha como avaliar no ano de 2022 os impactos nos descontos e manter para 2023, e o segundo voto-vista foi manter os descontos que serão aplicados a partir de 2023. A conselheira Maira enviará, posteriormente, aos conselheiros o relato do segundo voto-vista para conhecimento dos avanços e mudanças que houve na referida resolução. **2** – Pedido de renovação da Comissão Temporária de Fiscalização, criada pelo CAU-BR para acompanhar o tema, pedido atendido. **3** – Aprovação do auxílio de participação remota, proposta surgida em alguns UFs para respaldar o trabalho dos conselheiros durante o período de isolamento. Segundo a conselheira federal seria importante que essa resolução amparasse os estados que estão aplicando a indenização, não é como forma de remuneração e nem de diárias, é para entender um trabalho que está sendo feito pelos conselheiros a partir de suas residências. **4** - Resolução nº 47, que trata das diárias e de diversos auxílios. A ideia seria rever alguns pontos que foram provocados pela COA, com relação especialmente aos estados que contestaram o pagamento de diárias, e pensar que outros auxílios podem ser desenhados para a atuação dos conselheiros, especialmente os que são da região metropolitana, que não recebem as diárias. O CAUBR passou a avaliar toda a resolução para ver como que podem ser pensados outros desenhos de auxílios. Em razão disso, a conselheira Maira disse que conforme a matéria for evoluindo e quando abrir para consulta também, encaminharia para os conselheiros do CAU-RJ**. 5** - Consulta pública sobre e o fundo de ATHIS, que é uma proposta que o BR está trazendo de redistribuição, entendendo que alguns estados têm a porcentagem de 2% de ATHIS muito restrita, a proposta está em estudos. Segundo a conselheira federal, alguns estados têm muita dificuldade para atender os requisitos listados nos editais. Comunicará posteriormente o agendamento das oficinas que se realizarão possivelmente em janeiro. **6** - Consulta pública aberta, Resolução nº 139, que trata de outros formatos de reunião, principalmente em decorrência do trabalho remoto. É uma resolução que a COA enviou para a consulta pública e que será enviado o link da consulta pelo *chat*. A conselheira Maira observou que o Regimento Interno do CAU-RJ está muito avançado com relação a isso, mas que seria interessante consultar para ver o que se poderia incluir como proposta. **Informes da presidência. 1 –** Presidente Pablo comunicou que acabara de conceder entrevista para o jornal O Globo e a matéria que o CAU-RJ defendera sobre a importância dos cinemas de rua parece ter surtido efeito, pois o prefeito iria publicar o tombamento do local, inclusive da atividade, se isso se confirmar, seria uma ótima notícia. **2 –** Comunicou a realização de oficina no dia 23/11 para tirar dúvidas a respeito do edital de patrocínio cultural, republicado, pois havia algumas modificações no edital e na própria legislação e solicitou aos conselheiros que comparecessem e também estimulassem as entidades sem fins lucrativos

a participar do edital. **3 -** Encontro com a Sociedade realizado em 17/11. O presidente Pablo enfatizou que o encontro foi extremamente produtivo e que será produzido um informe para publicação. O presidente apontou que na mesa de educação foi discutida a importância de combater o conceito de currículo livre e que isso complicaria em demasia na identificação das diretrizes curriculares nacionais e, consequentemente, nas atribuições profissionais. Na mesa do Interior, descreveu ele, surgiram propostas muito interessantes, com ideias de tornar cada entidade no interior uma espécie de sucursal, por assim dizer, uma extensão do CAU, pelo menos, uma vez ao mês, com a presença mais efetiva. Mas também com campanhas de divulgação e de valorização profissional com pautas específicas do interior, desenhando-se em conjunto com as entidades, acrescentando que tais iniciativas deverão ser testadas em 2020, visando o fortalecimento das atividades no interior. A terceira mesa do setor público, com um vídeo da SEASE, delimitando muito claramente a questão do que é interesse público e o que é interesse privado, com uma campanha, a qual CAU-RJ deveria aderir. A quarta mesa tratou de gênero, raça e homofobia, houve vários depoimentos de trajetória de formação recentemente e mostraram a necessidade de reescrever essa história para as populações negras. Presidente Pablo discorreu ainda sobre um ponto específico que é de relacionar a questão da mobilidade com as questões de gênero e raça, mostrando-se favorável a que o CAU pudesse se engajar mais nessa pauta. O presidente Pablo descreveu ainda que as mesas que seguiram trabalharam com patrimônio e política pública para habitação, com a presença do subsecretário de habitação estadual, que anunciou a meta de construir 50 mil unidades em cinco anos, sendo 10 mil em 2022, cuja meta caberá ao CAU-RJ acompanhar. Não houve na própria política, uma afirmação de uma política de autogestão habitacional, as habitações produzidas no formato auto gestionário, a fim de ter segurança de elas se destinam ao público que realmente precisa, não se tornando objeto de especulações, devendo o CAU estar atento ao plano estadual para criação dessa política auto gestionária. E a última mesa que tratou da ampliação do mercado de trabalho para a arquitetura popular, houve várias contribuições, devendo ter desdobramentos com novas reuniões, inclusive com seminário da CEP nos dias 1 e 2 de dezembro. No Fórum de Presidentes, o tema tratado foi a Resolução 193, apoiando-a, sobretudo a questão de desconto para licença-maternidade e dos alunos cotistas. O fundo de ATHIS foi aprovado também com a ressalva de que ficasse muito claro e explícito que esse fundo se destinaria não aos 27 estados da Federação, mas, sobretudo, àqueles estados que têm atuação pouco expressiva de assistência técnica. Foi aprovado também no Fórum de Presidentes propostas de inibição da contribuição ao Centro de Serviços Compartilhados (CSC), incorporado à proposta do Paraná, que contempla 50% da arrecadação, 25% do número de arquitetos ativos, e 25% das RRTs emitidas no ato. Essa

fórmula muda a contribuição no CSC, e também foi encaminhado para o CAU-BR. Por fim o Presidente Pablo convidou a todos e todas para a plenária de 14 de dezembro, plenária festiva em comemoração ao Dia do Arquiteto e Urbanista, que será feita a partir das 15h no auditório, no formato híbrido. Naquela oportunidade, serão entregues os prêmios, contemplando as premiações dos editais, com transmissão via Youtube. Em seguida, presidente franqueou a palavra à conselheira Tanya que discorreu sobre o Fórum das Escolas. **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** relatou que o Fórum de Escolas foi realizado em 12 de novembro, foi o segundo do ano, e foi feito com uma dinâmica, remota, que conseguisse agregar e enriquecer o debate. Foi realizado em três momentos: i) o Fórum de coordenadores que foi realizado às 2 horas da tarde, uma hora antes da abertura oficial do evento. No painel de abertura oficial teve a apresentação dos convidados, a ABEA, a FNEA, a Associação Estadual de Estudantes de Arquitetura. Na abertura oficial foram colocados todos os andamentos das comissões e dos grupos de trabalho de impacto do ensino remoto e do trabalho de tecnologia, ambos estão em desenvolvimento de pesquisas com questionários. Foram pautadas algumas questões sobre a Comissão Temporária de Formação Continuada como a presença dos currículos, o debate intenso sobre EAD e isso servir de cortina de fumaça para o número de retrocesso no sentido de DCN, ditas trabalhista, e atribuições docentes, e alguns avanços de algumas decisões, principalmente por conta das privadas e o sindicato das mantenedoras. Após isso, foi realizado os painéis de professores e alunos separadamente, com duração de duas horas cada um, foi enriquecedor, segundo a conselheira Tanya, pois trataram assuntos específicos de cada grupo de debate. Ao final do dia, todos se juntaram, cada um fez o seu relato dos temas que tinham sido mais acometidos. E nesses relatos apareceram algumas questões que se repetem, e outras novas, por exemplo, a cobrança dirigida ao CAU para tomar uma posição com relação aos arquitetos docentes, porque, apesar do ensino e pesquisa ser uma habilitação profissional, que está regimentada, ela não pode ser exercida como tal, dentro do formato trabalhista das universidades, porque as universidades têm autonomia para não contratar os seus professores como profissionais. A conselheira aponta que essa situação é um “limbo” que desregula todos os direitos trabalhistas, direitos intelectuais, e algum avanço é preciso que se tenha para as próximas discussões. Outro tema foi a construção de um instrumento de validação do CAU para que as escolas, já que os critérios do MEC têm permitido o avanço dos currículos para a própria aprovação do ensino EAD, de 40% do EAD dentro do presencial. Foi realçado pela conselheira a acreditação de cursos, que foi uma ferramenta que avançou, e, nesse sentido, houve o encaminhamento de fazer um grupo que pudesse resgatar esse instrumento de uma forma que seja aplicada localmente dentro da autonomia como CAU/RJ, e propor, já que surgiu aqui nesse momento

essa discussão. Também houve várias colocações, como ao invés de desenvolver um instrumento único, chancelar outros que já existem. E principalmente um encaminhamento muito interessante que é de manter uma memória dos fóruns, como se fosse uma grande "planilhona", na qual os encaminhamentos vão sendo acompanhados de modo a evitar repetições de algumas pautas, ou então até marcar o avanço delas, que isso seja um registro, um legado. Finalmente, os levantamentos vindos do painel dos alunos e houve uma interação, eles se sentiram bastante representados, conseguiram fazer paralelos, porque havia estudantes de universidade privada, quanto da universidade pública. Foram colocados alguns paralelos, então é um consenso que é um hiato irreparável esse período remoto, que ficou muito claro que o período remoto distinguiu o grande abismo que existe em relação ao acesso digital e aos insumos de tecnologia por parte dos estudantes e nas duas distintas faixas de renda e de acesso mesmo, às vezes, até de localização. Também foram pautadas questões específicas no edital do perfil de aluno, em que os alunos das universidades públicas reclamavam do excesso de carga horária e da impossibilidade de ter um tempo que pudesse ser destinado aos estágios, e, por sua vez, os alunos das universidades particulares relataram da caracterização do ensino híbrido. No ensino híbrido, há dois perfis, temos um grupo de alunos que enxergam no ensino híbrido uma oportunidade de acessar, eles como trabalhadores tendo horários mais flexíveis em questões mais flexíveis. O ensino híbrido em que uma disciplina tivesse parte remota e parte presencial, isso facilitaria esse grupo de estudantes trabalhadores. E, por outro lado, unânime também, que todas as disciplinas *online* falaram com esses termos, sem exceção nenhuma: "As disciplinas *online* que existem como 40% de conteúdo EAD dentro dos cursos presenciais, elas não acrescentam em nada à formação deles". Foi o consenso a que eles chegaram, com alunos de diversas universidades e solicitaram mais divulgação a fim de que pudessem estar em maior número e no início do semestre. Finalizado o relato, o presidente Pablo cedeu a palavra à conselheira Lilia para discorrer sobre o Encontro Estadual. A **conselheira Lilia Varela Clemente dos Santos** referiu-se ao evento Encontro com a Sociedade. Explicou não ter participado, mas que lamentava, pois, o evento não cumpriu o objetivo de ter o contato direto com os outros setores da sociedade, empresários, outros profissionais, moradores etc. que foi mais uma discussão entre arquitetos, com alguns poucos participantes externos. Dessa forma, propôs que no próximo ano se consiga fazer um evento que envolva mais a sociedade como um todo e que se consiga chamar os outros setores da sociedade à discussão. O presidente Pablo agradeceu à conselheira Lilia, dizendo que ela poderia mudar de opinião quando assistisse à gravação do Encontro, mas que poderia haver entre eles diferentes formas de conceituar sociedade. **Conselheira Lilia Varela Clemente dos Santos** respondeu que a sociedade é a

sociedade como um todo, mas que suas palavras seriam só uma contribuição. Presidente Pablo reiterou então que em função disso, estaria propondo retomar a discussão do regimento interno, que são importantes, irá submeter um cronograma de forma mais assertiva na primeira ou segunda plenária do próximo ano. Dito isso, deu-se a deliberação do item **6.1 - Homologação da Deliberação nº 12/2021, da CPFI, para utilização da reserva de capital.** Relatoria da conselheira Paloma, que, pela impossibilidade de conexão, a matéria foi relatada pelo **conselheiro Marcus Pedro Oneto Fiorito,** que narrou o seguinte: A Deliberação diz respeito à utilização da reserva de capital para projetos específicos para o próximo orçamento, e a CPFI, a partir da exposição do gerente financeiro, e na discussão dentro da comissão, deliberou por aprovar uma utilização de 15% da reserva de capital para projetos específicos, indo até o limite de R$ 700 mil. E na mesma deliberação, a comissão recomenda priorizar a utilização dos recursos em ações de assistência técnica, habitação de interesse social, ações de diversidade e de geração de renda. Essa deliberação foi aprovada por unanimidade dentro da comissão. É o que se submeteu à plenária. Não houve inscrições para intervenções. Votação aberta. Votos declarado presencialmente das c**onselheiras Rosemary Compans e Tayane Yanez** que votaram sim. **Aprovado com 19 votos sim, zero contrário e 1 abstenção**. **6.2. - Deliberação para aprovação do plano de ação e orçamento para o exercício de 2022.** Relatoria do **conselheiro Marcus Pedro Oneto Fiorito** que relatou que o documento estabelece o orçamento para o próximo ano, a partir da discussão de planejamento estratégico, e tiveram algumas rodadas de discussão. E que o gerente financeiro iria fazer a apresentação dele, na sequência. E também foi avaliado na CPFI e aprovado por todos os seus membros. **O Gerente Geral Ricardo Gouvea** pediu a palavra para destacar o seguinte que foi deliberado pela CPFI, depois referendado pelo plenário, além do que o conselheiro Marcos já falou, a prioridade para a CATIS, um reajuste de 10% das comissões, R$ 300.000 para a CATIS, e como já foi dito, a reserva de capital de 15% no limite de R$ 700 mil. Relembro também que nós escolhemos na oficina sobre planejamento estratégico três objetivos locais que foram orientadores de tudo que vai ser apresentado na sequência, fortalecer a atuação do CAU no interior do estado e as entidades de classe do Rio de Janeiro; fortalecer a atuação do CAU/RJ no setor público, e fortalecer novos campos de atuação e arquitetura para as classes C, D e E. A exemplo, esse é o segundo ano que fazemos isso, não nos prendemos aos objetivos redigidos pelo CAU-BR, estabelecemos os nossos, e depois fazemos apenas para poder cumprir a formalidade de aprovação junto ao CAU-BR, fazemos apenas a correspondência em relação aos objetivos do mapa estratégico do CAU-BR E, por fim, relembrar também, que os objetivos nacionais, esses são formulados pelo CAU-BR. A **Chefe de Gabinete Patrícia** leu os três objetivos nacionais: Honrar a fiscalização,

retorno e melhoria do exercício da arquitetura de urbanismo; estimular a produção da arquitetura e urbanismo como política de Estado; fomentar o acesso da sociedade à arquitetura e urbanismo. Em seguida, a apresentação do Gerente Geral **Flávio Vidigal,** após os cumprimentos à plenária, fez o seguinte relato: “Esse material foi enviado em formato de apresentação e em outro formato, que ele é totalmente aberto com todos os detalhes. Neste momento, falou sobre cada projeto, atividade, projeto específico, os projetos específicos são aqueles suportados pelo superávit, nesse mesmo que acabou de ser aprovado. E caso tenham alguma dúvida, nós podemos entrar nos detalhes do projeto, atividade que for demandada. Bom, foram aí construídos, digamos assim, 31 projetos, entre eles a fiscalização, que é o PE1, que ele vai representar no ano de 2022, R$ 1,166 milhão, vou falar em números arredondados, acho que fica mais fácil, ele suporta todas as despesas com o pessoal envolvidos na área da fiscalização, e todas as despesas como carro, diárias, os funcionários que fazem a fiscalização etc. Tem uma deliberação do CAU-BR para as diretrizes, que foram definidas lá em 2012, a fiscalização, diga-se de passagem, que é um objetivo nacional, e é preciso gastar aí ao mínimo de 15% da RAL – Receita de Arrecadação Líquida, é toda a nossa a arrecadação de receita, menos o que é pago para fundos de apoio. E esse percentual que é definido em no mínimo 15%, ficou em 23,4%. É importante salientar que esse percentual do Projeto nº 01, ele é somado com o CSC nº 968, o CSC é compartilhado entre o atendimento e a fiscalização. Como já foi dito, o CSC nº 968. O atendimento, que é inclusive um objetivo local, ele ficou em R$ 2,567 milhões, o atendimento também comporta todas as despesas de pessoal, as diárias dos funcionários. Enfim, somado ao CSC do atendimento, o mínimo é 10%, nós estamos com 23,4%. A Comissão de Ensino de Formação, R$ 53 mil; Ética, R$ 33 mil; Políticas Urbanas, R$ 36.970; A CEP, R$ 31.680 mil; Comissão de Finanças, R$ 31 mil; A Comissão de Equidade e Gênero, R$ 27.450; Assistência técnica, R$ 28.040; Acessibilidade, R$ 22.334. Passamos agora à comunicação, a comunicação também envolve esse valor de R$ 860 mil também envolve despesa com funcionários, a previsão de outras despesas, precisão como assessoria de imprensa, enfim, o mínimo de 3%, estamos em 7,7%. A reserva de contingência, é até 2% da RAL, estamos em R$ 250 mil, que é exatamente 2%. Para que serve essa reserva de contingência? Qualquer ação que não está prevista no plano de ação, no âmbito de 2022, caso surja alguma coisa, nós temos esse valor para suportar essa despesa, que não é uma despesa corrente, que venha a surgir. O PE-15, que é capacitação de funcionários e dirigentes, tem o mínimo de 2% e o máximo de 4% da folha de pagamento, que não é a despesa da receita, como a própria especificação já diz, folha de pagamento, estamos em 2%, R$ 153.200 mil. O fundo de apoio, que é pago esse valor de R$ 224 mil para o CAU-BR, isso o CAU paga em 12 parcelas, que montam o total de R$ 224 mil. Nós temos

o PE-17, que chamamos de operação e manutenção das atividades rotineiras, que envolve praticamente todos os custos fixos do CAU/RJ, mais todo o gasto com o pessoal, exceto, como já foi dito, fiscalização, atendimento e comunicação. Bom, e já falo aqui sobre as despesas com o pessoal, que, pelas diretrizes também do CAU-BR, é limitada a 55%, estamos em 51,1%. CAU Itinerante, R$ 141.886 mil. Excelência, R$ 257 mil. Junto com a excelência, nesse projeto, como está especificado no Anexo nº 4, mas é bom dizer também, comporta todas as diárias de hospedagens, viagens de conselheiros, despesas com reuniões da presidência, diretoria, enfim. E é importante dizer também que esse projeto foi idealizado pensando em 2022 com todas as reuniões presenciais. É claro que por algum motivo isso estoura esse valor, pode ser destinado a essa ajuda de custa que está sendo dada agora para as reuniões remotas. Bom, relacionamento com a sociedade, R$ 104 mil. Premiação Emaus, R$ 50 mil. Manutenção do imóvel, caso tenha alguma despesa relacionada com gasto de capital com alguma obra no CAU/RJ, já está previsto ou mesmo algum equipamento ou algum móvel que seja necessário comprar. Como eu disse, não é uma previsão, não é certo de fazer essa despesa, é caso tenha a necessidade. E caso haja a necessidade, já está previsto no orçamento, então nós podemos realizar a despesa, porque se não estiver previsto, obviamente nós não podemos fazer essa despesa. Bom, patrocínio, R$ 200 mil, nós temos o máximo de 5% e estamos com 1,7%. É importante dizer que patrocínio entra como projeto específico, ou seja, dentro daqueles R$ 700 mil. São cinco projetos específicos, para o ano de 2022. Bom, ATHIS, R$ 330 mil, mínimo de 2%, nós estamos com 2,9%. Tem o edital de formação continuada, R$ 70 mil. Tem um PE que chama interior, que, na verdade, é a Comissão de Interior, R$ 22 mil. Setor público ganhou uma comissão, R$ 22 mil. E a Comissão de Formação Continuada, R$ 21.760 mil. Comissão de Patrocínio, R$ 10.080 mil. O CIEL é um projeto específico, R$ 70 mil. E finalizando, o Projeto nº 31, que é um projeto específico, fomenta a arquitetura do interior, R$ R$ 30 mil. Que totalizamos aí, com a previsão de orçamento de despesas para o ano de 2022, R$ 14.606.402,84. Para finalizar, no anexo um, que é fonte de aplicações, que é justamente para demonstrar de onde vai vir todo esse recurso. Bom, para o exercício de 2022, está previsto a anuidade de pessoa física, R$ 4,637 milhões. Exercício de pessoa física, dos exercícios anteriores, uma recuperação, R$ 1,377 milhão. Pessoa jurídica, do exercício de 2022, R$ 613 mil. Anuidade de exercícios anteriores, R$ 307 mil. RRT, R$ 5,158 milhões. Taxas e multas, R$ 665 mil. Aplicações financeiras, R$ 450 mil. Esse é o valor proveniente do valor que o CAU tem hoje no Banco do Brasil, nós só temos conta no Banco do Brasil onde está aplicado. Então está previsto que esse dinheiro aplicado vai render ao CAU/RJ muito bem, R$ 450 mil. E outras receitas correntes, R$ 95.847 mil, é em relação ao valor que é 20% que o CAU-BR devolve para o CAU/RJ, das despesas

com o Banco do Brasil, que era para liquidação, baixa e registro de todos os típicos. Enfim, temos mais R$ 1,3 milhão, que são dos exercícios anteriores, superávit financeiro, que são justamente os R$ 600 mil com a despesa de capital, mais os R$ 700 mil que foi aprovado no projeto no projeto específico, que, obviamente, assim como dita a contabilidade, fechamos exatamente no valor de R$ 14.606.402,34 milhões. Esse é o orçamento para 2022 que precisa principalmente ser aprovado.”. Finalizado o relato, inscrições abertas. **Conselheira Tayane de M. Yanez Nogueira** fez referência ao orçamento da Comissão do Interior manifestando-se sobre os parcos recursos a ela destinados, tendo em vista os deslocamentos que se fazem necessários para reuniões em cidades do interior do estado, enfatizando que o orçamento destinado seria suficiente apenas para as diárias decorrentes das viagens. **Conselheiro Lucas A. Faulhaber Barbosa** explicou para a conselheira que havia dois PAs, um orçamento das diárias e o outro poderia ser para projetos específicos da comissão, por exemplo, de fomento. Presidente Pablo, em seguida, esclareceu que todas as comissões têm uma rubrica grande, que é o relacionamento com a sociedade, aí incluídos os valores de divulgação, de publicidade, assessoria de imprensa etc. São valores significativos e que as comissões poderão e deverão ter uma verba específica na medida em que elas formulem seus programas de valorização profissional. Especificamente à Comissão do Interior, há as diárias e o valor do prêmio, Arquiteto do Interior, que é de R$ 30 mil. São valores que vão diretamente para a Comissão do Interior, além dos já citados, recursos de comunicação, de divulgação etc. **A Chefe de Gabinete Patricia Cordeiro** esclareceu que as questões relativas ao orçamento suscitadas pelos membros das comissões foram em razão de que algumas comissões novas receberam um orçamento mínimo, porque o orçamento deste ano foi feito na gestão anterior. E que, neste ano, a CPFI aprovou um aumento de 10% para todas as comissões, não entrando nessas especificidades, exatamente. Para o orçamento de 2023 é importante que as comissões manifestem essas discrepâncias para que a CPFI possa estudá-las nas suas especificidades. Presidente Pablo ponderou que, além das explicações acima, ainda havia a reprogramação financeira em que são analisados o faturamento e o gasto, sendo possível, eventualmente, corrigir distorções. Sem mais manifestações, a votação aberta. Declaração de voto: **Conselheiro Davide Siffert Dulcetti, “**abstenção” e Votos declarado presencialmente das c**onselheiras Rosemary Compans e Tayane Yanez** que votaram sim. **Matéria aprovada com 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário e 3 abstenções. Conselheiro Davide Siffert Dulcetti** solicitou a palavra para indagar a possibilidade de o CAU atuar no interior do estado através das entidades, como seria a forma de atuação, uma vez que na lei de criação do CAU existe a possibilidade de se criar as regionais (sucursais), via entidade, se o orçamento apresentado já teria considerado a alocação de recursos para

esse tipo de ação. Presidente Pablo esclareceu que o interior continua sendo muito prioritário e que o CAU-RJ tem estimulado as entidades mistas do interior a se organizarem para celebrar convênios, entendimentos nesse sentido estão adiantados com as prefeituras de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Segundo o presidente Pablo o detalhamento do convênio será feito em reunião conjunta entre as prefeituras interessadas e a Comissão do Interior e que, concretamente, o que está contemplado são esses R$ 22 mil, mais R$ 147 mil, mais R$ 30 mil, mais uma verba de comunicação que não é possível estimar o valor, mas que o CAU-RJ teria presença muito significativa, em 2022, no interior do estado. Seguindo a pauta, item **6.3 - Indicação dos conselheiros para compor o conselho gestor do fundo municipal de habitação. I**ndicações sugeridas pela presidência: Conselheiro Lucas Faulhaber, titular, e suplente, Rodrigo Bertamé. Matéria **aprovada com 18 votos favoráveis, 2 abstenções. Item 6.4 - Homologar a indicação dos conselheiros para compor o Conselho Municipal da cidade de Quatis COMCIDADE**: Indicados pela Comissão do Interior, como titular, o conselheiro William Fernando Gomes e como suplente Patrícia Vieira. Matéria **aprovada com 20 votos favoráveis e uma abstenção.** Próximo ponto de pauta **Item 7. Relatório e voto de Recursos ao Plenário. Processo 2019-3-0362 – relatora conselheira Luciana Mayrink após relato detalhado a conselheira** opinou pela manutenção do auto de infração de acordo com art. 7º da Lei 12.378/2010 e inciso X do artigo 35º da Resolução CAU/BR nº 22/2012) relatório e voto **aprovado com 20 votos favoráveis, Zero contrário e nenhuma abstenção – Item 8.0.Distribuição Processos:** Processo 1333725 - Recurso à decisão da CEP – Conselheiro Marcus Fiorito; Processos 1062572 e 1062580 - Recurso à decisão da CEP – Conselheira Noemia Barradas e Redistribuição de Processo 1320715 – Conselheira Paloma Monnerat. - **Item 9.0. Comunicados dos Conselheiros - assuntos de interesse geral**. **Conselheira Tereza Cristina dos Reis** sugeriu referindo-se ao Encontro com a Sociedade que se fizesse um resumo sintético do evento para publicação no site e não só ficar disponíveis em vídeos. A **Conselheira Rosemary Compans** comunicou a realização, pela Comissão de Política Urbana, em 07/12/12, reunião extraordinária sobre relatório de impacto de vizinhança. **Conselheira Rosemary** explicou que existe uma reivindicação da sociedade para que esse instrumento não espere o plano diretor para ser regulamentado, em razão de haver uma série de leis que foram aprovadas, notadamente, o Reviver Centro, que permitiu a construção de 200 prédios, por operação interligada em Copacabana e Ipanema, e também o Projeto de Lei Complementar 136 que também permite construção em encostas, permite retrofit de imóveis tombados. Realçou também que o Relatório de Impacto de Vizinhança é como uma salvaguarda para assegurar que os parâmetros permissivos não contribuam para a perda de qualidade de vida. O evento contará com convidados externos e de órgãos

governamentais do estado, bem como dos conselheiros do CAU-RJ. O objetivo da reunião é de posicionamento da Comissão de Política Urbana, e também para que o CAU assuma, se for o caso, um protagonismo na campanha pela regulamentação do relatório de impacto de vizinhança no município. **Conselheira Bianca Sivolella** comunicou a transmissão do encontro de comissões de (?) e afins, promovido pelo CAU/SC, às 18h, no Youtube do CAU/SC. Trata-se de conhecer as experiências das outras CAUs/UF e entender o melhor caminho. A **conselheira Bianca** disse esperar que já esteja contemplado no planejamento alguma verba para um GT de BIN ou comissão de BIN, ou de tecnologia no ano que vem, uma vez que não tem como deixar de pensar em soluções, para que isso seja menos sofrível, tanto para os arquitetos que estão trabalhando autônomo, quanto para estudantes. **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** destacou que na retomada que todos esperam junto aos municípios nos aspectos referenciados na presente plenária, na retomada da economia e do trabalho dos arquitetos, deve-se prestar atenção na questão dos arquitetos do setor público, notadamente aqueles no interior do estado, que atuam com salários baixos, pois a valorização do funcionário nas prefeituras do interior é importante. **Conselheiro Lucas A. Faulhaber Barbosa** congratulou-se com as palavras do conselheiro Vicente, dizendo que o foco também da Comissão de Política Urbana para o próximo ano seria pensar um calendário conjunto com o planejamento da fiscalização e do atendimento, pensando CAU Itinerante e que, nesse sentido do diálogo com a sociedade havia dois eventos para os quais o CAU fora convidado e que participara: 1 - Reunião em Volta Redonda, organizada pelos movimentos sociais da cidade, principalmente de moradia, em que teve apoio institucional, além do conselho do observatório das metrópoles, para fazer discussão do que era o instrumento do plano diretor. 2 – Em 11/12/2021, debate em Vargem Grande. A Associação de Moradores de Vargem Grande pediu apoio institucional para divulgação do evento que tem por objetivo discutir a questão ambiental da região. E, finalizando, comunicou que a CEPUA, CAU-BR, teria organizado *live* sobre os 20 anos do Estatuto das Cidades. Link postado no *chat*. **Conselheiro Paulo Oscar Saad** destacou a importância do evento sobre RIV, a reivindicação de toda a sociedade no que diz respeito à regulamentação da legislação urbanística e ambiental, mudanças de procedimento de alto risco de impacto. “E se nós não tivermos esse estudo de impacto diário muito bem colocado na questão legal e na questão profissional, isso pode vir a ser mais uma dessas leis que não pegam, porque para que se tenha uma lei de estudo de impacto viário de vizinhança, é preciso incluir, nessa lei, todos os tipos de impacto, e de todos os tamanhos, porque os especialistas estão muito preocupados com o impacto do shopping center, mas eles não analisam o impacto do surgimento de uma casa de festas no bairro do Peixoto, em Copacabana, em que de uma hora para outra, todo

final de semana, sexta e sábado, você tem um engarrafamento total na pracinha, porque existe lá um casarão, uma casa que virou casa de festas.”. E isso significa colocar o trabalho de um EIV/RIV mais permeável do ponto de vista da solução de conflitos, com procedimentos rigorosamente metodológicos. **Conselheira Ângela Botelho** fez menção ao setor público que sentia falta de uma visão mais abrangente do CAU-BR. Relatou as ações que têm sido feitas, ofícios enviados aos CAUs, mas que não tem recebido retorno desse esforço, nem dos CAUs e nem do CAU-BR. E conclamou à conselheira federal que se poderia fazer um movimento nacional, com as prefeituras, reuniões em Brasília com todos os CAUs presentes. Quanto à questão **RIV**, sugeriu chamar autoridades do governo para discutir o assunto, especificamente a conselheira suplente Marcinha para focar a discussão sobre ocupação do solo, pois na questão de licenciamento e fiscalização é que surgem os problemas. **Conselheiro Lucas A. Faulhaber Barbosa** reiterou as palavras da conselheira Ângela, dizendo a dificuldade, principalmente com a secretaria SMD, onde se encontra o licenciamento, tendo um membro do conselho do CAU/RJ como subsecretária de licenciamento. Conclamou à plenária que todos fizessem esforços para ter um diálogo, além dos esforços já realizados de reuniões com a CEP, CPU. Foi solicitado a criação de grupo de trabalho com participantes do Crea e CAU para focar a nova modalidade de licenciamento, ajustar os avanços e o que se poderia avançar ainda mais. Sem resposta até o momento. Presidente Pablo, respondendo ás intervenções dos conselheiros e informou que iria publicar uma matéria no site sobre os principais encaminhamentos do Encontro com a Sociedade. Com relação ao EIV/RIV, manifestou-se solidário à explanação do conselheiro Paulo Saad, no sentido do que é considerado impacto ambiental, dever-se-ia estar regulamentado para ter procedimento uniforme para toda a cidade. Sobre a discussão do dia 7/12, considerou da maior importância quanto também extremamente suspeito tirar o licenciamento do urbanismo e passar para o balcão de negócios. Comunicou que iria reiterar o convite à conselheira suplente para que ela pudesse esclarecer os pontos de interesse de todos. Quanto à intervenção do conselheiro Vicente e da conselheira Ângela informou o seguinte: “O TRF-4 de Porto Alegre não diz que concorda com o salário mínimo, mas disse que a lei poderá ser revista, porque ela é anterior à Constituição Federal de 88. Finalizando fez um convite a todos referindo-se ao orçamento de 2022, que todos pudessem ajudar a detalhar cada um dos pontos que estão no orçamento. E ajudar também na feitura da programação com as entidades do interior, como acertar a questão das campanhas de valorização profissional. Conclamou a todos que o desafio seria iniciar janeiro de 2022 com essas demandas mais bem definidas. Com relação ao comentário da conselheira Bianca disse que é uma demanda dos CAUs e que vinha mobilizando o CAU-BR nesse sentido também. Finalizando, agradeceu a todos os conselheiros pelas pautas

tratadas, de suma importância para o CAU e para a sociedade em geral. Nada mais havendo a tratar, o presidente Pablo Benetti agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião às 19h. Eu, Alessandra Vandelli, assessora da presidência, procedi a revisão da presente ATA que foi lavrada por serviço terceirizado e segue assinada por mim e pelo Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2021.

PABLO CESAR BENETTI:71794794700 Assinado de forma digital por PABLO CESAR BENETTI:71794794700 Dados: 2022.01.20 18:14:27 -03'00'

Alessandra Vandelli	**Pablo Cesar Benetti**
Assessora Presidência	Presidente do CAU/RJ